

POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS E LUTA PELA TERRA DO MST

Bernardo Mançano Fernandes – Universidade Estadual Paulista,
Pesquisador do CNPq - bmf@prudente.unesp.br

Introdução

Políticas de assentamentos rurais e luta pela terra são formas de conflito e controle social na inexistência de uma política de reforma agrária. A precariedade e a dificuldade que as famílias sem – terra enfrentam revelam a importância que o Estado tem dado à essa questão.

Neste início do século XXI, a questão agrária ainda permanece como um dos principais problemas políticos do Brasil. Nos últimos 20 anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST organizou-se em todas as regiões do país, tornando-se o mais expressivo movimento camponês brasileiro. Para analisar essa realidade, elaboramos um ensaio teórico que tem como conceitos principais o processo de territorialização, a destruição e a recriação do campesinato.

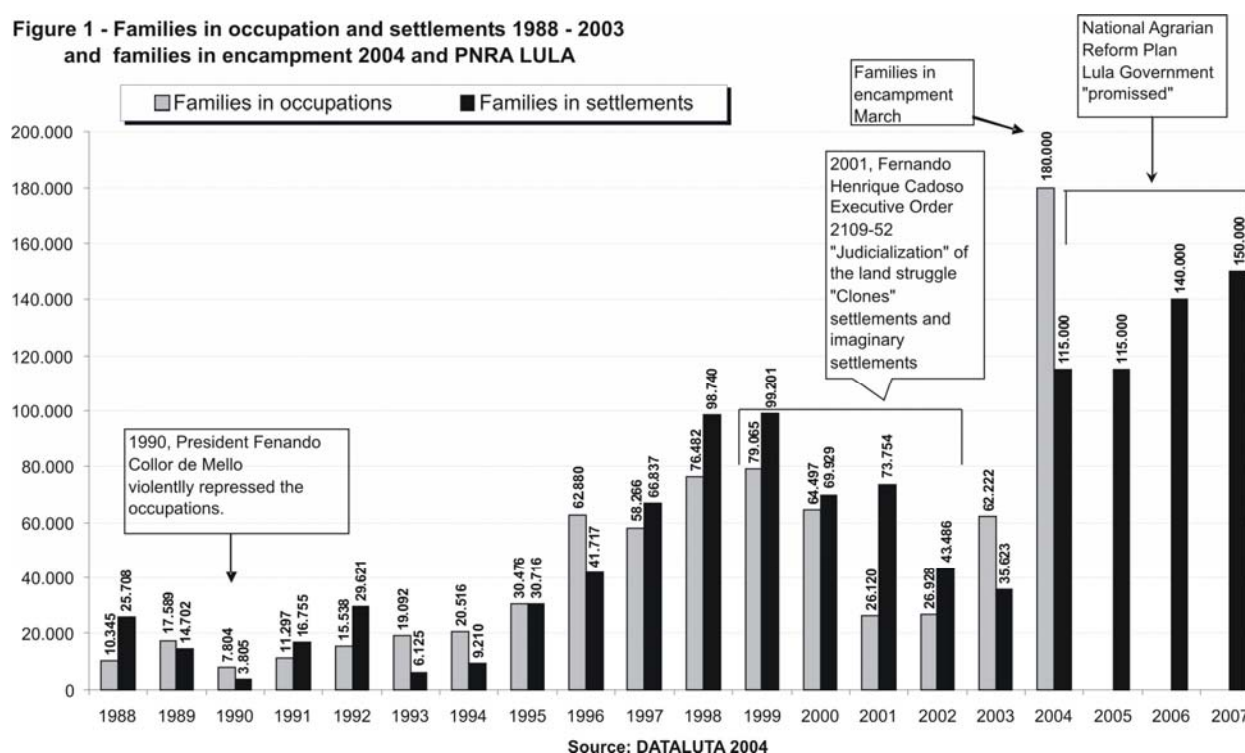
Nossas pesquisas foram realizadas em escala nacional e corresponde a segunda metade do século XX. Na primeira parte do texto, apresentamos uma leitura das ações do governo FHC e analisamos a questão agrária brasileira e os resultados principais políticas governamentais.

Aprofundamos nossos estudos com o objetivo de explicar a realidade dos assentamentos rurais como frutos da luta pela terra. Essa realidade tem revelado uma política de desenvolvimento territorial e de ressocialização de parte dos trabalhadores excluídos do processo produtivo. Concluímos com uma reflexão a respeito das perspectivas da realização da reforma agrária no governo de Luis Inácio Lula da Silva, eleito em 2002.

1 – Assentamentos rurais e luta pela terra no governo FHC

Nas eleições de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente, sendo que no primeiro mandato realizou a mais ampla política de assentamentos rurais, como pode ser observado no gráfico 1. Nesse período, o governo defendia a tese que não havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra¹. Desse modo, acreditava que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido.

Figure 1 - Families in occupation and settlements 1988 - 2003 and families in encampment 2004 and PNRA LULA



Todavia, com os massacres de Corumbiara, no Estado de Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, em 1996, e com o crescimento das ocupações de terra. Durante o seu primeiro mandato, que passou de vinte mil famílias em 1994, para setenta e seis mil famílias em 1998, o governo Cardoso viu a sua tese cair por terra.

Em seu segundo mandato, o governo Cardoso mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo de uma política de mercantilização da terra. Desse modo, em 2001, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada

¹ Cardoso, 1991, p.10.

mais de uma vez. Criou um cadastro nos Correios das famílias interessadas em serem beneficiadas pela política de assentamentos rurais. 839.715 famílias se cadastraram.

Implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato do governo Cardoso, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda cortou verbas para a política de educação nos assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST. De 1999 a 2002, o MST e outros movimentos camponeses experimentaram um enorme refluxo da luta pela terra. Este era o segundo refluxo experimentado desde retomada da democracia brasileira e as eleições livres para presidente.

Embora Cardoso tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu pelo menos dois resultados: 1) o crescimento do número de famílias acampadas, que conforme demonstrado no gráfico 1, em 2004, chegou a cento e oitenta mil; 2) a precarização dos assentamentos que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento, o que provocou a descapitalização de centenas de milhares de famílias.

Na verdade, o governo Cardoso nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os dois mandatos de seu governo, a maior parte dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra². Todavia, no seu segundo mandato, promoveu a “judicialização da luta pela terra³”, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por conseqüência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de Cardoso (ver gráfico 1). Essa tática criou uma balbúrdia, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA conseguia afirmar, com certeza, quantos assentamentos foram implantados de fato.

² Fernandes, 2000, p. 301; Leite, 2004, p. 43.

³ Essa expressão é relativa a forte presença do Poder Judiciário, decretando prisões de lideranças sem-terra, até mesmo de forma preventiva, como ocorreu na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. A respeito ver Fernandes, 1997 e Fernandes, 2003.

2 – Assentamentos rurais e luta pela terra no governo Lula

Foi nessa conjuntura da questão agrária, que em 2002, o PT em uma coligação de forças políticas desde a esquerda à direita, elegeu Luís Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil. Desde as eleições de 1989, quando Lula concorreu pela primeira vez até as eleições de 2002, quando concorreu pela quarta vez e venceu, a conjuntura política e econômica em escalas nacional e internacional mudou significativamente.

No caso do Brasil, o avanço das políticas neoliberais, com o desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a privatização de grande parte de empresas estatais, provocou um enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses e determinou as políticas do PT⁴. Nesse contexto, os ruralistas criaram a tática de destacar o agronegócio, tentando suprimir a figura do latifúndio, denominando-o de empresa rural. Uma das artes do pensamento neoliberal é que a superação do conflito é possível via mercado.

A questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é, portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de Paradigma da Questão Agrária⁵.

Ainda, na década de 1990, surgiu uma nova corrente teórica a respeito do problema agrário. Essa corrente, denominada de Paradigmas do Capitalismo Agrário⁶, procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo.

⁴ Ver Partido dos Trabalhadores, 1998. Merece destaque o fato que as críticas que o PT fazia às políticas do governo Cardoso, acusando – o de inserção subordinada do país na economia internacional, transformaram-se em políticas do próprio PT.

⁵ A respeito desse paradigma, ver Fernandes, 2001.

⁶ A respeito desse paradigma, ver Abramovay, 1992.

Esse paradigma teve uma força política extraordinária. Além de criar novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa; ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista, gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura e contribuiu para a criação de novos movimentos camponeses, denominados de movimentos de agricultores familiares, como por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL, vinculada à Central Única dos trabalhadores – CUT.

O discurso de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou as forças políticas desde a direita à esquerda. Da mesma forma, a mídia televisiva e a escrita abriram espaços para os cientistas de passaram a defender essa tese em diferentes jornais diários. Da mesma forma, esse discurso foi incorporado pelos jornalistas e cientistas de diversas áreas do conhecimento, de modo que se tornou predominante.

Desde esse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente já que não tem solução na sociedade capitalista e, conforme o discurso predominante, mesmo no Partido dos Trabalhadores, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista.

Ainda, desde esse ponto de vista, a compra de terras por meio de políticas tipo “Banco da Terra”, como o apoio do Banco Mundial, pode ser uma saída para o problema agrário. Outras políticas agrícolas determinadas pelo mercado e integração ao capital, por meio do agronegócio, incorporando a “agricultura familiar” passaram a ser bem vistas por diversos setores da esquerda e da direita, fazendo parte também dos discursos de parlamentares do PT.

Desde a vitória de Lula, a mídia nacional, compreendida pelo jornal O Estado de São Paulo, pela Folha de São Paulo, O Globo, e Jornal do Brasil, ainda pela revista Veja e outros periódicos semanais, vem explorando os princípios do paradigma do capitalismo agrário, tentando pautar as políticas governamentais.

Com essa tremenda força política, tenta-se impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e em intensificação; com o aumento de famílias acampadas nas beiras das estradas e dentro dos latifúndios; com o empobrecimento dos camponeses, com o aumento da expropriação e exclusão. O que a mídia nacional procura mostrar é o aumento do conflito, mas não apresenta suas causas. Comprova que os assentamentos criados pelo governo Cardoso estão precarizados, mas não comenta as razões políticas dessas realidades. A mídia procura convencer a sociedade que o problema são os movimentos camponeses, com destaque para o MST. Assim, a mídia convence a opinião pública e, até mesmo, muitos políticos e intelectuais, que o problema são os conflitos e não as causas dos conflitos.

Com a vitória do governo Lula, os movimentos camponeses participaram nas indicações de nomes para cargos de segundo escalão do governo Lula. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, inclusive indicando para presidente o geógrafo Marcelo Resende, que trabalhara no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, durante a gestão do então governador Itamar Franco. A CONTAG também indicou alguns nomes para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O INCRA construiu um conjunto de políticas para atender os assentados em estado de precarização. Iniciou-se a elaboração de uma política de assistência técnica, foi retomada a política de educação para os assentados, e juntamente com o Ministério do Desenvolvimento agrário, formou-se uma equipe de especialistas, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio para a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária⁷.

Também, os ruralistas participaram das indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantido dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária, que fora implantado pelos governos militares. Além de ocupar esse espaço político, os ruralistas reagiram ferozmente ao aumento das ocupações de terra e do número de famílias acampadas.

Com o forte apoio da mídia, os ruralistas mobilizaram-se contra a política agrária do governo Lula e conseguiram anular a primeira desapropriação executada no município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Também se organizaram em todo o país, realizando marchas a cavalo ou carreatas, cercando acampamentos de famílias sem-terra e obstruindo estradas com o gado. Com a intensificação da reação dos ruralistas, aumentou o número de trabalhadores sem-terra mortos por pistoleiros⁸.

Durante os primeiros oito meses de 2003, o INCRA tratou os conflitos fundiários como problema a ser resolvido com a implantação de uma política de reforma agrária. Desse modo, procurou solucionar os conflitos por meio do diálogo e da busca de soluções, procurando romper com as medidas repressivas criadas pelo governo Cardoso. Essa postura política foi derradeira para a equipe de Marcelo Resende. O alto escalão do PT pressionou LULA para que o presidente do INCRA fosse substituído.

No mês de setembro de 2003, Lula destituiu o presidente do INCRA e sua equipe e nomeou um assessor parlamentar do PT como novo presidente. Com essa medida, o PT demonstrou para os sem-terra e para os ruralistas o seu objetivo de ter o controle político sobre os conflitos fundiários. O significado dessa medida representa pelo menos que o PT

⁷ Plínio Arruda Sampaio é ex-deputado federal constituinte, promotor público, consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), professor universitário, ex-secretário Agrário do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁸ A Comissão Pastoral da Terra registrou um aumento de 70% no número de assassinatos de trabalhadores. Ver CPT, 2004.

não aceitou a política implantada pelo ex-presidente do INCRA. Ainda não existem elementos para análise do desdobramento dessa atitude de Lula, contudo pode-se desenvolver uma análise a respeito das perspectivas da reforma agrária no governo Lula.

Desde o programa de governo das eleições de 1989 até o programa de governo das eleições de 2002, ocorreram mudanças substanciais nos programas, no que se refere à reforma agrária. Algumas dessas mudanças são: não inclusão do número de famílias que poderão ser assentadas até 2006; não mencionar a estrutura fundiária concentrada e abolir a crítica ao sistema latifundista⁹.

Com um discurso ameno e conciliador, a ênfase do texto do programa do governo de 2002 é desenvolvimentista e contém dois objetivos principais: a recuperação dos assentamentos implantados e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas: crédito, infra-estrutura, educação, capacitação técnica e comercialização.

Em outubro de 2003, o professor Plínio de Arruda Sampaio entregou a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária – PPNRA¹⁰ - para o presidente Lula. Destacamos três diretrizes que caracterizam o Plano. 1) Conceber a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial e não como política compensatória. Uma política de desenvolvimento territorial implica em desconcentrar a estrutura fundiária, o que nunca aconteceu em mais de quinhentos anos de história do Brasil. Todos os governos, até então, conceberam a reforma agrária como política compensatória, de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses.

Essa realidade provocou uma distribuição espacial generalizada de assentamentos rurais por todas as regiões do País, com assentamentos cercados de latifúndios por todos os lados. Esse desarranjo é uma das muitas evidências da não existência de uma política de reforma agrária. Pois o que determinou a implantação desses assentamentos foram lutas populares e conjunturas políticas e não um projeto estruturado pelo Estado.

2) Conceber a reforma agrária como uma política pública de desapropriação de terras. Crédito fundiário para compra de terras não deve ser confundido com reforma agrária, para não se repetir a esdrúxula expressão: “reforma agrária de mercado” do governo Cardoso. Afinal, o mercado não desconcentra, ao contrário, intensifica a concentração, como pode ser analisado nos censos agropecuários desde a metade do século XX.

3) Promover políticas de financiamento em todas as etapas de implantação dos assentamentos, tendo como referência um espaço geográfico delimitado, a fim de

⁹ Ver Partido dos Trabalhadores, 2002.

¹⁰ A Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária - PPNRA é o plano elaborado pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, da qual este autor fez parte. Este plano não foi aceito pelo governo Lula. O ministro do Desenvolvimento Agrário e sua equipe elaboraram outro plano, que foi denominado de II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural.

solucionar, mediante uma ação conjunta, os problemas fundiários e os problemas de desenvolvimento econômico dos pequenos agricultores daquele território.

De acordo com o PPNRA, a área passível de desapropriação por interesse social é de cento e oitenta milhões de hectares, com base no cadastro de imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O Plano também apresenta um levantamento de cento e trinta milhões de hectares de terras devolutas¹¹, num total de trezentos e dez milhões de hectares de terras passíveis de serem utilizadas para reforma agrária. Duas referências do PPNRA para definir o número de famílias foram a demanda explícita contida no cadastro realizado pelos Correios (839.715 famílias) e a demanda emergencial das famílias acampadas em 03 de outubro de 2003 (171.288 famílias). Com base nesses dados, a meta do PPNRA era assentar um milhão de famílias¹². Desse total, 600 mil seriam assentadas durante a gestão do governo Lula e 400 mil em 2007¹³

O plano elaborado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio não foi aceito pelo governo Lula e no dia 21 de novembro de 2003, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, apresentou ao presidente Lula o II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural – IIPNRA. Esse plano possui semelhanças e diferenças com a proposta apresentada por Plínio de Arruda Sampaio. Concebe a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial, mas vincula o crédito fundiário ao conceito de reforma agrária. Desse modo, a meta do IIPNRA é de assentar 400 mil famílias durante o governo Lula, sendo 30 mil famílias em 2003 e 115 mil no ano de 2004. Nos anos de 2005 e 2006, seriam assentadas respectivamente 115 mil e 140 mil famílias. No ano de 2007 seriam assentadas 150 mil famílias¹⁴. Através do crédito fundiário, o governo Lula planeja assentar 130 mil famílias.

A formação da equipe de pesquisadores coordenada por Plínio de Arruda Sampaio foi muito mais uma pressão dos movimentos vinculados à Via Campesina do que do interesse do Partido dos Trabalhadores. O PT não queria que um grupo de pesquisadores vinculados à questão agrária conduzisse a elaboração do IIPNRA. O interesse do partido era manter o controle social sobre o problema agrário. A maior parte dos políticos que assumiram o Ministério do Desenvolvimento Agrário está identificada com o paradigma do capitalismo agrário e vêem os conflitos fundiários como um problema que pode ser resolvido por meio do mercado, ou seja, do crédito fundiário.

¹¹ Terras devolutas são terras públicas que estão ilegalmente sob o domínio privado.

¹² PPNRA, 2003.

¹³ O ano de 2007 foi incorporado por causa do Plano Plurianual Federal (PPA), que a Constituição de 1988 determinou a todos os governos municipais, estaduais e federais que elaborem e enviem ao Poder Legislativo para aprovação. O PPA define as diretrizes governamentais abrangendo o segundo ano de cada governo até o primeiro ano do governo subsequente.

¹⁴ IIPNRA, 2003.

Portanto, a PPNRA apresentada não aceitava o crédito fundiário como uma política de reforma agrária e apresentava dados de terras passíveis para a reforma agrária e de demanda, muito superiores ao IIPNRA. Aceitar a PPNRA significava enfrentar os ruralistas e a sua mídia. E esse desafio o PT não estava disposto a enfrentar. Decidiu pela negociação com os movimentos camponeses, que aceitaram o IIPNRA.

Em 2003, o governo Lula assentou 35.623 famílias, sendo 8.521 famílias em terras desapropriadas ou compradas e 27.102 em lotes de assentamentos já existentes¹⁵. Em outubro de 2004, com apenas 43 mil famílias assentadas, o ministro Miguel Rosseto declarou sua preocupação em não conseguir atingir a meta de 115 mil famílias¹⁶. Em abril de 2004, o MST “decretou” o “abril vermelho” e realizou oitenta ocupações, num gesto de descontentamento com os resultados da política agrária do governo Lula. Todavia, uma iniciativa importante foi tomada pelo governo, ao propor a criação de uma justiça agrária para tratar dos conflitos pela posse da terra. Essa iniciativa pode criar novos espaços políticos, rompendo com as cercas do Poder Judiciário que predominantemente sempre defendeu os interesses dos latifundiários.

Considerações finais

Embora a esperança seja de todos, a realidade não apresenta indicadores de muita confiança. Não há no Congresso Nacional uma conjunção de forças favoráveis à reforma agrária. Em 2004, os ruralistas criaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito e aprovaram a quebra de sigilo bancário da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, representando um cerco político ao MST. Por causa da intensificação dos conflitos, o presidente Lula vem afirmando constantemente na mídia que ninguém fará a reforma agrária na marra, mas não tem afirmado no mesmo tom que ninguém impedirá a reforma agrária na marra.

Em 2004, a Via Campesina reuniu um grupo de pesquisadores de todo o Brasil para junto com os movimentos camponeses elaborarem um Plano Camponês de Desenvolvimento para a Agricultura. Caso esse plano se concretize, será a primeira vez na história do Brasil que os camponeses apresentaram um projeto político de desenvolvimento ao Estado.

¹⁵ Esses lotes foram abandonados por seus moradores ou eram áreas de assentamentos com que o número de famílias ainda não estava completo.

¹⁶ O Estado de S. Paulo, 7 de outubro de 2004, p. A10.

Os resultados dessas políticas estão indefinidos. Este é um momento de indefinições. A construção de novos espaços políticos são condições essenciais para a superação deste momento.

Bibliografia

Abramovay, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Hucitec, 1992.

Cardoso, Fernando Henrique. Prefácio. In Graziano Neto, Francisco. *A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

Carter, Miguel. *Ideal Interest Mobilization: Explaining He Formation Of Brazil'S Landless Social Movement*. (Tese) Doutorado em Filosofia. Columbia University: Nova York, 2002.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil, 2003*. Goiânia: CPT, 2004.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

Desmarais, Annette. *Consolidating an Peasant and Farm Movement*. LASA: Washington, 2001.

Fernandes, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In *GEOUSP – Revista de pós-graduação em Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997, p. 35-9.

Fernandes, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Fernandes, Bernardo Mançano. *Questão Agrária. Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

Fernandes, Bernardo. Mançano., et ali. *Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre et assentamentos ruraux das le Pontal do Paranapanema - São Paulo*. Cahiers du Bresil Contemporain. La Riche: , v.51/52, p.71 - 94, 2003.

Fernandes, Bernardo. Mançano. *Questões da Via Campesina*. Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos: Goiânia, 2004.

Leite, Sérgio et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Lima, Solange. FERNANDES, Bernardo Mançano. *Trabalhadores urbanos nos assentamentos rurais: a construção de novos sujeitos sociais*. Presidente Prudente, 2001. Relatório CNPq – PIBIC 1999 - 2001.

Navarro, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In Santos, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979 – 1998*. São Paulo: PT, 1998.

Partido dos Trabalhadores. *Vida Digna no Campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar*. São Paulo: PT, 2002.

PPNRA – Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. Elaborada pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio. Brasília, 2003 (inédito)

II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2003.

Stedile, João Pedro. Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Via Campesina. *Memoria de la II Conferência Iternacional de La Via Campesina*. Tlaxcala, 1996.